

VIDA NA CIDADE

Índios vivem de subemprego

Andréia Mayumi - 22/jun/2001

MAIORIA DOS ÍNDIGENAS QUE MORAM EM MANAUS, CERCA DE 10 MIL, ESTARIA VIVENDO DE 'BICOS'. SEGUNDO A FUNAI, FALTA A ELLES MELHOR QUALIFICAÇÃO

RODRIGO ARAÚJO

Eles deixaram suas tribos no interior do Estado em busca de uma vida melhor na capital. Longe de seu povo e de seus costumes, terminaram encontrando muitas dificuldades para se integrar em uma nova cultura. Para sobreviver no "mundo civilizado", os chamados "índios urbanos" tiveram que absorver alguns hábitos como trabalhar em troca de dinheiro para garantir o sustento de suas famílias.

De acordo com estatísticas da Fundação Nacional do Índio (Funai), cerca de 10 mil índios vivem atualmente em Manaus. Sem qualificação profissional, a maioria vive hoje de subemprego. Os homens buscam os "bicos" fazendo serviço de pedreiro, carpinteiro e outras atividades braçais. As mulheres geralmente procuram trabalho em casas de família, onde são aproveitadas como empregadas domésticas.

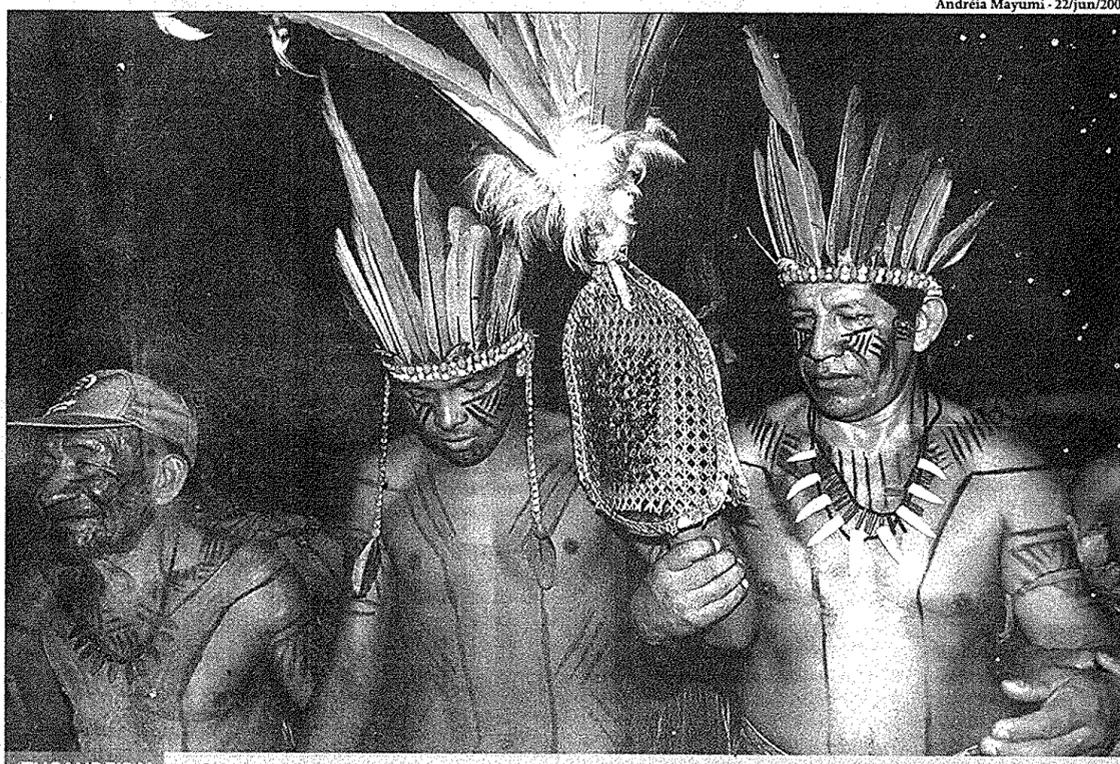
Foi o que aconteceu com Maria Gonçalves Lima, 26, da etnia baniua. Ela saiu de sua tribo em 1995 para trabalhar na casa da família de um militar, em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus). Dois anos depois, o militar foi transferido para São Paulo e ela teve que procurar outro emprego. "Uma família que estava mudando para Manaus me chamou para trabalhar na casa dela. Foi dessa forma que vim parar aqui", lembra.

Maria conta que a mudança para a capital foi mais difícil do que sua transferência da tribo para São Gabriel da Cachoeira. "Lá eu ainda tinha contato com a minha família e, vez ou outra, conseguia visitar minha aldeia. Aqui ficou mais complicado por causa da distância", observa.

Para Maria, o índio ainda encontra dificuldades na cidade grande. Com apenas quatro anos na capital, ela já entendeu que para conseguir melhorar de vida terá que buscar mais conhecimento. "Sem estudo ninguém vai pra frente. Estou fazendo um curso à noite para tentar concluir o 1º grau, que eu iniciei em São Gabriel da Cachoeira. Quero estudar para ser professora e voltar para ensinar as crianças da minha tribo", comenta.

Manoel Luiz Gil da Silva, 42, da etnia sateré-maué, diz que o índio precisa "se virar" para conseguir sobreviver na cidade. Ele é presidente da Associação Estrela Sateré-Maué, fundada pelo grupo indígena que desde 1975 ocupa uma área no bairro da Redenção, na Zona Centro-Oeste. Segundo Manoel, das 18 famílias da comunidade apenas cerca de cinco pessoas estão empregadas. "O resto do grupo vai vivendo como pode, pegando um serviço de pedreiro aqui, limpando um terreno ali, ou seja, dependendo de bicos", afirma.

Segundo Manoel, uma alternativa encontrada pela associação para amenizar a situação do grupo foi "comercializar" a cultura da tribo. Numa atitude que gerou muita polêmica no meio indigenista, os membros da comunidade passaram a realizar o ritual da tucandeira para turistas mediante o pagamento de "cachê". "Essa é uma tradição de nossa tribo que acontece toda vez que um jovem passa para a idade adulta. Na aldeia, o ritual é uma festa importante comemorada por todos, mas

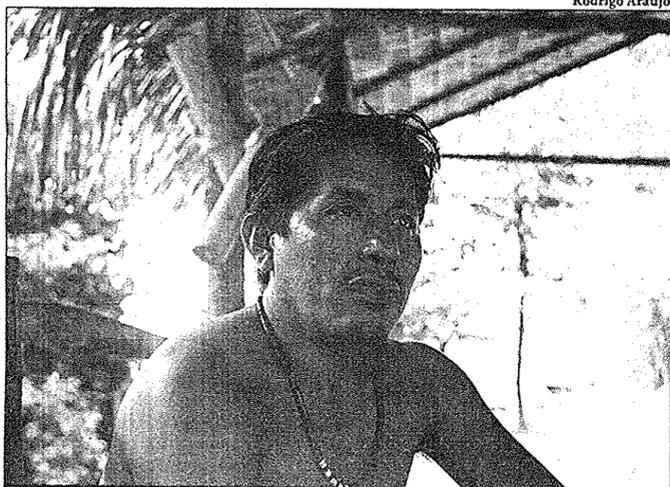


TUCANDEIRA Cultura sateré-maué está sendo 'comercializada' para suprir necessidades de comunidade indígena

aqui na cidade virou uma forma de ganharmos a vida relembrando nossos costumes", avalia.

Outra forma de ganhar dinheiro com a cultura sateré-maué é confeccionando artesanato. Manoel revela que a venda de colares, pulseiras e outros objetos não gera tanta renda, mas ressalta que é uma forma de garantir o mínimo para sobreviver. "As lojas que trabalham com venda de artesanato pagam pouco pelas peças. A gente só fatura mais alto quando vem algum grupo de turistas, porque eles reconhecem o nosso trabalho e pagam o preço justo."

Rodrigo Araújo



MANOEL Presidente da Associação Estrela Sateré-Maué diz que índio precisa 'se virar' para sobreviver na cidade

Taxa de migração tem caído

O administrador regional da Funai, Benedito Rangel de Moraes, observa que nos últimos anos a taxa de migração indígena para a capital vem diminuindo. Na avaliação de Rangel, as demarcações de terras e o desenvolvimento de projetos em áreas indígenas estão fazendo com que o índio permaneça na tribo. "Eles estão se organizando e encontrando alternativas para conseguir uma melhor qualidade de vida em suas próprias comunidades. Nesse processo, os indígenas

contam com apoios firmados por meio de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais", ressalta.

Para Rangel, essa nova perspectiva de melhoria de vida nas aldeias está fazendo muitos índios voltarem para suas áreas. "Eles estão percebendo que a vida na cidade grande está muito difícil e que é mais vantagem voltar para a tribo. A Funai ajuda, regularmente, famílias inteiras a retornar para suas aldeias, providenciando passagens e organizando a trans-

ferência delas", lembra.

Nesse grupo de índios que vem para a capital e depois retorna para as tribos, segundo Rangel, estão os estudantes. Ele conta que, nos últimos anos, jovens indígenas buscam conhecimento na cidade e depois voltam para aplicar o que aprenderam em suas comunidades. "Aqui eles têm a opção na Casa do Estudante Indígena, que é mantida pela Funai. Lá os estudantes têm alimentação e ainda recebem vale-transporte para se locomover na cidade", diz.

Educação diferenciada

O estudante indígena quer uma educação diferenciada, mas que prepare o índio para o mercado de trabalho. Essa é a avaliação do presidente do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam), o índio ticuna Osman Félix Bastos, 26, que critica o Curso Sequencial para Lideranças Indígenas oferecido pela Universidade do Amazonas (UA), dizendo que os participantes ficam limitados à questão da liderança indígena.

"Já estamos discutindo a reformulação do curso, de forma que ele seja transformado em algo mais específico. Nosso desejo é que, ao concluir o curso, o índio esteja habilitado a exercer alguma profissão", comenta Osman,

lembrando que a greve na UA está atrasando os trabalhos de reorganização do curso.

Osman revela que vem crescendo o número de indígenas interessados em entrar para o movimento. Ele conta que os jovens estão concluindo o 2º grau no interior e procurando informações sobre cursos superiores na capital. "Eles querem ir para estudar em Manaus, mas o problema é que não temos condições de manter essas pessoas aqui na Casa do Estudante Indígena. A Funai ajuda pagando as contas de água, luz e telefone, mandando um rancho quinzenal e ainda fornecendo vale-transporte. Mas esse apoio é limitado e se trouxermos mais pessoas

para cá a situação ficará complicada", explica o estudante, informando que a casa abriga, atualmente, oito indígenas.

De acordo com Osman, a criação da Universidade Indígena, vinculada à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), abriu uma nova perspectiva para os estudantes indígenas. Ele ressaltou a importância da universidade ser instalada nos municípios do interior do Estado, ou seja, mais próximo às comunidades indígenas. "Dessa forma será resolvido um dos problemas enfrentados pelo índio que é a distância. Acho iniciativa muito boa, pois abre espaço para a qualificação profissional do jovem indígena", argumenta.

ÍNDIAS DOMÉSTICAS

Rodrigo Araújo



DISPUTA Gorete, da Amarn, luta para conseguir espaço para a venda de artesanatos

Trabalho impede a participação

Das 41 índias que fazem parte da Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (Amarn), 20 não conseguem participar das atividades porque trabalham como empregada doméstica em casas de famílias manauenses. A informação é da presidente da entidade, a índia tucano Gorete Maria Chaves, 36, que considera precária a situação do "índio urbano". "Depois de tanto tempo ainda lutamos por espaço dentro da sociedade do não-índio", reclama.

Para Gorete, a questão profissional é uma das mais críticas na vida dos índios que moram na cidade.

"Realmente não temos muitas opções. No caso das mulheres, a maioria continua saindo de suas tribos direto para casas de família para trabalhar como doméstica. Na verdade, essa situação vem se arrastando durante décadas", avalia.

A dificuldade de conseguir emprego foi justamente a razão para a criação da Amarn. Segundo Gorete, na década de 80, a pesquisadora americana Janet Chernella observou que muitas mulheres indígenas eram trazidas das tribos para trabalhar como domésticas em Manaus. "O problema é que quando não se adaptavam elas eram dispensadas e ficavam abandonadas na cidade, sem ter para onde ir. Foi então que, em 1984, foi criada a associação para dar apoio às índias", explica. Gorete informa que a associação se mantém com os recursos da organização não-governamental

Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad), que no primeiro semestre deste ano repassou R\$ 46 mil para a entidade. "Com esse dinheiro nós mantemos a sede da Amarn, promovemos cursos e compramos material para o trabalho de artesanato", diz a presidente. Atualmente, a associação - que agrega mulheres das etnias desana, tucano, tariano e piratapuaia - luta para conseguir um espaço para a venda do artesanato que é produzido pelas associadas. "Por enquanto estamos vendendo as peças em nossa barracinho, montada na praça Tenreiro Aranha, e na sede da Amarn, na rua 6, casa 156, conjunto Villar Câmara, no Aleixo. Mas estamos lutando para conseguir um boxe na Central de Artesanato Branco e Silva, que está sendo reformado e deve abrir até o fim do ano", comenta.